

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	12
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	13
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	14
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	15
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	16
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	17
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	23
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	62
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.446.898.779
Preferenciais	0
Total	1.446.898.779
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	2.582.327	2.570.959
1.01	Ativo Circulante	150.606	150.469
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	54.935	56.362
1.01.02	Aplicações Financeiras	44.022	45.906
1.01.03	Contas a Receber	9.004	7.579
1.01.03.01	Clientes	9.004	7.579
1.01.04	Estoques	21.868	17.556
1.01.06	Tributos a Recuperar	5.903	9.874
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	5.903	9.874
1.01.06.01.01	Impostos a recuperar	5.903	9.874
1.01.07	Despesas Antecipadas	4.946	5.054
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	9.928	8.138
1.01.08.03	Outros	9.928	8.138
1.01.08.03.01	Adiantamento a fornecedores	6.378	3.317
1.01.08.03.02	Adiantamento de proventos	2.992	2.946
1.01.08.03.03	Partes relacionadas	558	1.875
1.02	Ativo Não Circulante	2.431.721	2.420.490
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	139.733	137.444
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	27.911	26.389
1.02.01.03	Contas a Receber	5.924	6.196
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	5.924	6.196
1.02.01.06	Tributos Diferidos	48.289	50.981
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	48.289	50.981
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	57.609	53.878
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	57.609	53.878
1.02.02	Investimentos	2	2
1.02.02.01	Participações Societárias	2	2
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	2	2
1.02.03	Imobilizado	304.330	298.106
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	304.330	298.106
1.02.04	Intangível	1.987.656	1.984.938
1.02.04.01	Intangíveis	1.987.656	1.984.938
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.984.261	1.981.764
1.02.04.01.02	Outros	3.395	3.174

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	2.582.327	2.570.959
2.01	Passivo Circulante	195.943	465.224
2.01.02	Fornecedores	64.106	63.089
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	84.457	361.773
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	78.611	242.607
2.01.04.02	Debêntures	5.846	119.166
2.01.05	Outras Obrigações	47.380	40.362
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	5.612	2.954
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	5.612	2.954
2.01.05.02	Outros	41.768	37.408
2.01.05.02.04	Impostos taxas e contribuições a pagar	3.688	5.369
2.01.05.02.05	Salários, provisões e contribuições sociais	14.420	14.267
2.01.05.02.06	Concessões de serviços públicos	5.691	6.948
2.01.05.02.07	Participações a empregados	9.822	7.582
2.01.05.02.08	Serviços a prestar	3.030	2.300
2.01.05.02.09	Outras obrigações	1.174	942
2.01.05.02.10	Instrumentos financeiros derivativos	3.943	0
2.02	Passivo Não Circulante	1.093.722	823.981
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.034.795	766.338
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	670.625	612.168
2.02.01.02	Debêntures	364.170	154.170
2.02.02	Outras Obrigações	46.038	45.147
2.02.02.02	Outros	46.038	45.147
2.02.02.02.03	Concessões de serviços públicos	45.851	44.944
2.02.02.02.04	Impostos, taxas e contribuições	187	203
2.02.04	Provisões	12.889	12.496
2.02.04.02	Outras Provisões	12.889	12.496
2.02.04.02.04	Provisão para obrigações legais vinculadas a processos judiciais	12.889	12.496
2.03	Patrimônio Líquido	1.292.662	1.281.754
2.03.01	Capital Social Realizado	1.344.160	1.344.160
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-51.498	-62.406

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	155.973	132.085
3.01.01	Receita de serviços	155.973	127.090
3.01.02	Receita da construção	0	4.995
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-87.231	-86.657
3.02.01	Custos de serviços	-87.231	-81.923
3.02.02	Custo da construção	0	-4.734
3.03	Resultado Bruto	68.742	45.428
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-26.832	-24.261
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-27.523	-24.723
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	691	462
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	41.910	21.167
3.06	Resultado Financeiro	-24.541	-7.917
3.06.01	Receitas Financeiras	6.831	12.000
3.06.02	Despesas Financeiras	-31.372	-19.917
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	17.369	13.250
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-6.461	-4.684
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	10.908	8.566
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	10.908	8.566
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	7,54000	5,92000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	7,54000	5,92000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	10.908	8.566
4.03	Resultado Abrangente do Período	10.908	8.566

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	64.899	21.762
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	71.693	53.261
6.01.01.01	Lucro antes dos impostos	17.369	13.250
6.01.01.02	Depreciação e amortização	26.910	23.995
6.01.01.03	Baixa de imobilizado e intangível	3.960	1.447
6.01.01.05	Variações monetárias, cambiais e encargos - líquidas	17.215	12.061
6.01.01.07	Provisões diversas	2.192	1.896
6.01.01.08	Ajuste a valor presente	-29	307
6.01.01.09	Ajuste de operações de Hedge	3.943	0
6.01.01.10	Margem de construção	0	-261
6.01.01.11	Outros	133	566
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-6.794	-31.499
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-1.286	-2.042
6.01.02.02	Depósitos Judiciais	-2.809	-4.956
6.01.02.03	Estoques	-4.312	-11.636
6.01.02.04	Outros créditos	-1.684	-6.697
6.01.02.05	Fornecedores	1.017	-7.586
6.01.02.06	Obrigações com empregados e administradores	153	1.957
6.01.02.07	Impostos, taxas e contribuições	-2.012	-4.525
6.01.02.09	Outras obrigações e contas a pagar	5.830	1.421
6.01.02.10	Impostos de renda e contribuição social	1.731	2.565
6.01.02.13	Impostos de renda e contribuição pagos	-3.422	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-35.283	-20.771
6.02.01	Aquisição de intangível	-18.640	-22.887
6.02.02	Aquisição de imobilizado	-17.005	-16.546
6.02.03	Aplicações financeiras	362	53.942
6.02.04	Concessão de serviço público	0	-35.280
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-31.043	157.140
6.03.02	Pagamento de empréstimos	-330.435	-22.360
6.03.03	Captação de empréstimos	301.199	179.500
6.03.04	Concessão de serviço público	-1.807	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.427	158.131
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	56.364	18.133
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	54.937	176.264

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.344.160	0	0	-62.406	0	1.281.754
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.344.160	0	0	-62.406	0	1.281.754
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	10.908	0	10.908
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	10.908	0	10.908
5.07	Saldos Finais	1.344.160	0	0	-51.498	0	1.292.662

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.344.160	0	0	-98.481	0	1.245.679
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.344.160	0	0	-98.481	0	1.245.679
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	8.566	0	8.566
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	8.566	0	8.566
5.07	Saldos Finais	1.344.160	0	0	-89.915	0	1.254.245

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
7.01	Receitas	161.089	140.697
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	160.531	135.676
7.01.02	Outras Receitas	691	5.587
7.01.02.01	Outras receitas	691	592
7.01.02.02	Receita da construção	0	4.995
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-133	-566
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-46.321	-47.967
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-46.321	-43.233
7.02.04	Outros	0	-4.734
7.02.04.01	Custo da construção	0	-4.734
7.03	Valor Adicionado Bruto	114.768	92.730
7.04	Retenções	-26.910	-23.995
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-26.910	-23.995
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	87.858	68.735
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	6.831	12.000
7.06.02	Receitas Financeiras	6.831	12.000
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	94.689	80.735
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	94.689	80.735
7.08.01	Pessoal	35.563	33.050
7.08.01.01	Remuneração Direta	24.101	21.877
7.08.01.02	Benefícios	9.464	9.602
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.998	1.571
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	16.523	18.940
7.08.02.01	Federais	12.686	15.719
7.08.02.02	Estaduais	773	641
7.08.02.03	Municipais	3.064	2.580
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	31.695	20.179
7.08.03.01	Juros	21.525	17.814
7.08.03.02	Aluguéis	323	133
7.08.03.03	Outras	9.847	2.232
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	10.908	8.566
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	10.908	8.566

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	2.582.327	2.570.959
1.01	Ativo Circulante	150.608	150.471
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	54.937	56.364
1.01.02	Aplicações Financeiras	44.022	45.906
1.01.03	Contas a Receber	9.004	7.579
1.01.03.01	Clientes	9.004	7.579
1.01.04	Estoques	21.868	17.556
1.01.06	Tributos a Recuperar	5.903	9.874
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	5.903	9.874
1.01.06.01.01	Impostos a recuperar	5.903	9.874
1.01.07	Despesas Antecipadas	4.946	5.054
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	9.928	8.138
1.01.08.03	Outros	9.928	8.138
1.01.08.03.01	Adiantamento a fornecedores	6.378	3.317
1.01.08.03.02	Adiantamento de proventos	2.992	2.946
1.01.08.03.03	Partes relacionadas	558	1.875
1.02	Ativo Não Circulante	2.431.719	2.420.488
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	139.733	137.444
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	27.911	26.389
1.02.01.03	Contas a Receber	5.924	6.196
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	5.924	6.196
1.02.01.06	Tributos Diferidos	48.289	50.981
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	48.289	50.981
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	57.609	53.878
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	57.609	53.878
1.02.03	Imobilizado	304.330	298.106
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	304.330	298.106
1.02.04	Intangível	1.987.656	1.984.938
1.02.04.01	Intangíveis	1.987.656	1.984.938
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.984.261	1.981.764
1.02.04.01.02	Outros	3.395	3.174

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	2.582.327	2.570.959
2.01	Passivo Circulante	195.943	465.224
2.01.02	Fornecedores	64.106	63.089
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	84.457	361.773
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	78.611	242.607
2.01.04.02	Debêntures	5.846	119.166
2.01.05	Outras Obrigações	47.380	40.362
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	5.612	2.954
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	5.612	2.954
2.01.05.02	Outros	41.768	37.408
2.01.05.02.04	Impostos, taxas e contribuições a pagar	3.688	5.369
2.01.05.02.05	Salários, provisões e contribuições sociais	14.420	14.267
2.01.05.02.06	Concessões de serviços públicos	5.691	6.948
2.01.05.02.07	Participações a empregados	9.822	7.582
2.01.05.02.08	Serviços a prestar	3.030	2.300
2.01.05.02.09	Outras obrigações	1.174	942
2.01.05.02.10	Instrumentos financeiros derivativos	3.943	0
2.02	Passivo Não Circulante	1.093.722	823.981
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.034.795	766.338
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	670.625	612.168
2.02.01.02	Debêntures	364.170	154.170
2.02.02	Outras Obrigações	46.038	45.147
2.02.02.02	Outros	46.038	45.147
2.02.02.02.03	Concessões de serviços públicos	45.851	44.944
2.02.02.02.04	Impostos, taxas e contribuições	187	203
2.02.04	Provisões	12.889	12.496
2.02.04.02	Outras Provisões	12.889	12.496
2.02.04.02.04	Provisão para obrigações legais vinculadas a processos judiciais	12.889	12.496
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.292.662	1.281.754
2.03.01	Capital Social Realizado	1.344.160	1.344.160
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-51.498	-62.406

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	155.973	132.085
3.01.01	Receita de serviços	155.973	127.090
3.01.02	Receita da construção	0	4.995
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-87.231	-86.657
3.02.01	Custos de serviços	-87.231	-81.923
3.02.02	Custo da construção	0	-4.734
3.03	Resultado Bruto	68.742	45.428
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-26.832	-24.261
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-27.523	-24.723
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	691	462
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	41.910	21.167
3.06	Resultado Financeiro	-24.541	-7.917
3.06.01	Receitas Financeiras	6.831	12.000
3.06.02	Despesas Financeiras	-31.372	-19.917
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	17.369	13.250
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-6.461	-4.684
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	10.908	8.566
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	10.908	8.566
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	10.908	8.566
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	7,54000	5,92000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	7,54000	5,92000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	10.908	8.566
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	10.908	8.566
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	10.908	8.566

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	64.899	21.762
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	71.693	53.261
6.01.01.01	Lucro antes dos impostos	17.369	13.250
6.01.01.02	Depreciação e amortização	26.910	23.995
6.01.01.03	Baixa de imobilizado e intangível	3.960	1.447
6.01.01.04	Variações monetárias, cambiais e encargos - líquidas	17.215	12.061
6.01.01.06	Provisões diversas	2.192	1.896
6.01.01.07	Ajuste a valor presente	-29	307
6.01.01.08	Ajuste de operações de Hedge	3.943	0
6.01.01.09	Margem de construção	0	-261
6.01.01.10	Outros	133	566
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-6.794	-31.499
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-1.286	-2.042
6.01.02.02	Depósitos judiciais	-2.809	-4.956
6.01.02.03	Estoques	-4.312	-11.636
6.01.02.04	Outros créditos	-1.684	-6.697
6.01.02.05	Fornecedores	1.017	-7.586
6.01.02.06	Obrigações com empregados e administradores	153	1.957
6.01.02.07	Impostos, taxas e contribuições	-2.012	-4.525
6.01.02.09	Outras obrigações e contas a pagar	5.830	1.421
6.01.02.10	Impostos de renda e contribuição social	1.731	2.565
6.01.02.13	Impostos de renda e contribuição pagos	-3.422	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-35.283	-20.771
6.02.01	Aquisição de intangível	-18.640	-22.887
6.02.02	Aquisição de imobilizado	-17.005	-16.546
6.02.03	Aplicações financeiras	362	53.942
6.02.04	Concessão de serviço público	0	-35.280
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-31.043	157.140
6.03.02	Pagamento de empréstimos	-330.435	-22.360
6.03.03	Captação de empréstimos	301.199	179.500
6.03.04	Concessão de serviço público	-1.807	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.427	158.131
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	56.364	18.135
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	54.937	176.266

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.344.160	0	0	-62.406	0	1.281.754	0	1.281.754
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.344.160	0	0	-62.406	0	1.281.754	0	1.281.754
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	10.908	0	10.908	0	10.908
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	10.908	0	10.908	0	10.908
5.07	Saldos Finais	1.344.160	0	0	-51.498	0	1.292.662	0	1.292.662

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.344.160	0	0	-98.481	0	1.245.679	0	1.245.679
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.344.160	0	0	-98.481	0	1.245.679	0	1.245.679
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	8.566	0	8.566	0	8.566
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	8.566	0	8.566	0	8.566
5.07	Saldos Finais	1.344.160	0	0	-89.915	0	1.254.245	0	1.254.245

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
7.01	Receitas	161.089	140.697
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	160.531	135.676
7.01.02	Outras Receitas	691	5.587
7.01.02.01	Outras receitas	691	592
7.01.02.02	Receita da construção	0	4.995
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-133	-566
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-46.321	-47.967
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-46.321	-43.233
7.02.04	Outros	0	-4.734
7.02.04.01	Custo da construção	0	-4.734
7.03	Valor Adicionado Bruto	114.768	92.730
7.04	Retenções	-26.910	-23.995
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-26.910	-23.995
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	87.858	68.735
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	6.831	12.000
7.06.02	Receitas Financeiras	6.831	12.000
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	94.689	80.735
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	94.689	80.735
7.08.01	Pessoal	35.563	33.050
7.08.01.01	Remuneração Direta	24.101	21.877
7.08.01.02	Benefícios	9.464	9.602
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.998	1.571
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	16.523	18.940
7.08.02.01	Federais	12.686	15.719
7.08.02.02	Estaduais	773	641
7.08.02.03	Municipais	3.064	2.580
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	31.695	20.179
7.08.03.01	Juros	21.525	17.814
7.08.03.02	Aluguéis	323	133
7.08.03.03	Outras	9.847	2.232
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	10.908	8.566
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	10.908	8.566

Comentário do Desempenho METRÔRIO

Comentário de Desempenho

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A.

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO DO PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2014

- Em 15 de Março de 2014, houve a inauguração da Estação Uruguai que irá adicionar 1 Km de via metroviária, com expectativa de atender 35 mil usuários por dia
- O MetrôRio transportou 41,2 milhões de passageiros pagantes no 1T13 e 48,7 milhões no 1T14 (+18,2%). O aumento no número de passageiros se dá, principalmente, devido a mudanças viárias no centro da cidade do Rio de Janeiro, que desestimularam o uso de veículos particulares. Tais mudanças incluem a derrubada de importante artéria de acesso ao centro, redução do número de vagas para automóveis, bem como obras para a abertura de duas grandes vias urbanas que serão interligadas por túneis.
- Devido às obras de expansão da Linha 4 do metrô do Rio de Janeiro, iniciadas no final de fevereiro/13, a estação Ipanema/General Osório do MetrôRio foi fechada temporariamente até dezembro/13. No 1T14 o MetrôRio operou com a Estação aberta ao público em todo o trimestre.
- No 1T14 todos os 19 novos trens adquiridos pelo Metrô operaram no sistema, aumentando a capacidade da frota em 60%. Os 19 trens entraram completamente em operação no final do mês de Março de 2013.
- Em março de 2014 com o objetivo de atender o crescimento na demanda dos usuários, o MetrôRio realizou mudanças em sua operação, injetando trens no horário de pico da manhã no trecho entre as estações Engenho da Rainha e Estácio. Essa mudança possibilitou um aumento de oferta de 14 mil lugares na Linha 2 no horário de pico, sem alteração no intervalo entre trens.
- O Lucro Líquido no 1T14 foi de R\$ 10,910,9 milhões, R\$ 2,32,3 milhões superior ao 1T13, ou seja, o MetrôRio aumentou o lucro em 27,327,3%, representados principalmente pelo aumento da Receita que se deu em função do crescente número de passageiros.
- Os Investimentos somaram R\$ 35,6 milhões no 1T14, principalmente voltados para manutenção de trens e infraestrutura e para investimentos obrigatórios da Concessionária previstos no 6º Termo Aditivo
- Em (07/03/14), o Governador do Estado do Rio de Janeiro sancionou a Lei 6.700 que prevê a implantação da chamada Tarifa Social. Seguindo o que está previsto na legislação, o MetrôRio passará a ter dois valores diferentes para a cobrança das passagens: a Tarifa Social e a Tarifa de Equilíbrio. O objetivo da Tarifa Social é garantir a mobilidade e acessibilidade dos usuários, através da cobrança de um valor de passagem subsidiado, e será concedida apenas aos usuários cadastrados no Bilhete Único Estadual. A referida lei também definiu as bases da Tarifa de Equilíbrio, que visa o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, sendo anualmente homologada pela Agetransp. A diferença entre a Tarifa Social e a Tarifa de Equilíbrio será subsidiada pelo estado do Rio de Janeiro, através do fundo estadual de transportes, instituído pela mesma lei do Bilhete Único Estadual e é integrante da estrutura da Secretaria de Estado de Transporte. O reajuste e os subsídios do governo entram em vigor a partir de 17 de maio de 2014

RESULTADOS 1T13**Comentário do Desempenho**
METRÔRIO**Desempenho Operacional**

Na tabela abaixo, encontram-se os indicadores operacionais do MetrôRio.

MM	1T14	1T13	▲
PAX Pagantes	48,7	41,2	18,2%
MetrôRio	48,7	41,2	18,2%

- O MetrôRio transportou 48,7 milhões de passageiros pagantes nos 3M14 (+18,2%). O aumento no número de passageiros se dá, principalmente, devido a mudanças viárias no centro da cidade do Rio de Janeiro, que desestimularam o uso de veículos particulares. Tais mudanças incluem a derrubada de importante artéria de acesso ao centro, redução do número de vagas para automóveis, bem como obras para a abertura de duas grandes vias urbanas que serão interligadas por túneis. A estação Ipanema/General Osório do MetrôRio foi fechada temporariamente de fevereiro/2013 a dezembro/2013, em operação durante todo o 1T14. Em 15 de Março de 2014, houve a inauguração da nova Estação Uruguai.

Receita

R\$ MM	1T14	1T13	▲
Receita Bruta	160,5	140,7	14,1%
Receitas Tarifárias	153,2	129,0	18,7%
Receitas Não Tarifárias	7,3	6,7	10,3%
Receita de Construção (IFRS)	0,0	5,0	-100,0%
Receita Bruta Ajustada	160,5	135,7	18,3%
Deduções da Receita Bruta	(4,6)	(8,6)	-46,9%
Receita Líquida Ajustada	156,0	127,1	22,7%

Ajustes: Desconsidera os impactos do IFRS em relação a Receita e Custo de Construção e a Provisão para Manutenção

A Receita Líquida Ajustada atingiu R\$ 156,0 milhões no 3M14, um crescimento de R\$ 28,9 milhões, ou 22,7% em relação ao 3M13, principalmente por:

- Receita Tarifária** – Representou 95,5% da Receita Bruta Ajustada, com um crescimento de R\$ 24,2 milhões, ou 18,7% em relação ao 3M13, em decorrência, principalmente, ao aumento do número de passageiros pagantes – PAX.
- Receita não tarifária** - Representou 4,5% da Receita Bruta Ajustada, um aumento de 10,3% em relação ao 3M13. A venda de produtos de publicidade pautada nos projetos de Verão e Carnaval, e o incremento de receita com o produto TV digital nos trens foram os principais motivos de crescimento da receita em relação ao 3T13.
- Deduções da Receita Bruta** – MP617/Junho 2013, que decretou alíquota zero do PIS/COFINS sobre a receita tarifária, gerando uma economia de R\$ 4,0 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior.

RESULTADOS 1T13**Comentário do Desempenho**
METRÔRIO**Custos & Despesas**

R\$ MM	1T14	1T13	▲
Custos & Despesas Operacionais	(114,1)	(110,9)	2,8%
Pessoal	(40,4)	(38,5)	4,8%
Conservação & Manutenção	(10,2)	(9,8)	3,6%
Operacionais	(24,4)	(23,5)	3,9%
Outorga Variável	-	-	n.m
Despesas Administrativas	(12,2)	(10,4)	17,7%
Custo de Construção (IFRS)	-	(4,7)	-100,0%
Provisão de Manutenção (IFRS)	-	-	n.m
Baixa de Provisão para Manutenção (IFRS)	-	-	n.m
Depreciação & Amortização	(26,9)	(24,0)	12,1%
Custos & Despesas Operacionais Ajustados	(114,1)	(106,2)	7,4%

Ajustes: Desconsidera os impactos do IFRS em relação a Receita e Custo de Construção e a Provisão para Manutenção

Os Custos e Despesas Operacionais Ajustados apresentaram um aumento de R\$ 7,9 milhões, ou 7,4% no 3M14 em relação ao 3M13, devido a:

- **Pessoal:** Aumento de R\$ 1,9 milhões no 3M14, relacionados ao incremento de headcount administrativo, aliado ao reajuste salarial aprovado em acordo coletivo (Maio 2013), parcialmente compensado pelo benefício da desoneração do INSS sobre a folha, sancionado pela Medida Provisória nº 612/2013 que altera a base de incidência da contribuição patronal ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) para determinados segmentos do transporte. A contribuição patronal anterior era feita através do pagamento de uma alíquota de 20% sobre a folha de pagamentos dos funcionários. Já o atual modelo prevê a incidência de 2% sobre a receita bruta (descontadas as receitas de exportação).
- **Conservação e Manutenção:** Crescimento de R\$ 0,4 milhões no 3M14, praticamente em linha ao 3M13.
- **Operacionais:** Aumento de R\$ 0,9 milhões no 3M14. Esse aumento se dá devido aos reajustes contratuais de fornecedores que foram parcialmente compensados pela redução na tarifa de distribuição (Light) em 15%, levando os custos de energia ao mesmo patamar do ano anterior.
- **Despesas Administrativas:** O crescimento de R\$ 1,8 milhões, ou 17,7% no 3M14 em relação ao 3M13 estão relacionados ao maior volume de projetos e consultorias.
- **Depreciação e Amortização:** Aumento de R\$ 2,9 milhões no 1T14, em função da apropriação do custo da depreciação/amortização dos investimentos realizados em 2013.

RESULTADOS 1T13**Comentário do Desempenho**
METRÔRIO**EBITDA Ajustado**

O EBITDA Ajustado totalizou R\$ 68,8 milhões no 3M14, 53,3% maior em relação ao apresentado no 3M13. O principal fator é o aumento da receita, alavancada pelo aumento da demanda de usuários.

R\$ MM	1T14	1T13	▲
EBIT	41,9	21,2	98,0%
(+) Depreciação & Amortização	26,9	24,0	12,1%
EBITDA¹	68,8	45,2	52,4%
Ajustes	-	(0,3)	-100,0%
(-) Receita de Construção (IFRS)	-	(5,0)	-100,0%
(+) Custo de Construção (IFRS)	-	4,7	-100,0%
(+) Provisão de Manutenção (IFRS)	-	-	n.m
(+) Baixa de Provisão para Manutenção (IFRS)	-	-	n.m
EBITDA Ajustado²	68,8	44,9	53,3%
Receita Líquida Ajustada	156,0	127,1	22,7%
Margem EBITDA (%) Ajustada	44,1%	35,3%	8,8 p.p.

¹Instrução CVM N°527/12;

²Desconsidera os impactos do IFRS em relação a Receita e Custo de Construção

Resultado Financeiro

R\$ MM	1T14	1T13	Δ
Receitas Financeiras	6,8	12,0	-43,3%
Despesas Financeiras	31,4	19,9	57,8%
Resultado Financeiro	24,6	7,9	211,4%

R\$ MM	1T14	1T13	Δ
Receitas Financeiras	6,8	12,0	-43,3%
Despesas Financeiras	31,4	19,9	57,8%
Resultado Financeiro	24,6	7,9	211,4%

No 1T14, o resultado financeiro líquido da Companhia apresentou um aumento de 211,4% em relação a 2013, totalizando R\$ 16,7 milhões de resultado negativo no exercício. Esta variação ocorreu principalmente devido o Fee e juros dos novos financiamentos referente à captação de recursos ocorrida em Março de 2014 (HSBC - Debêntures e CITYBANK - Lei 4131, ambos de Março 2014) e menos juros capitalizados em função do término de projetos financiados, em torno de R\$ 4,1 milhões.

RESULTADOS 1T13**Comentário do Desempenho**
METRÔRIO**Endividamento**

R\$ MM	1T14	1T13
Dívida Bruta	1.119,3	1.137,3
Curto Prazo	84,5	332,1
Longo Prazo	1.034,8	805,2
Disponibilidades	126,9	287,7
Caixa e equivalentes de caixa	54,9	176,3
Aplicações Financeiras	71,9	111,4
Dívida Líquida	992,4	849,6

O Endividamento da Cia encerrou o 3M14 com a Dívida Líquida em R\$ 992,4 milhões.

Curto Prazo: Saldo refere-se, principalmente, a saldo de amortização dentro de 1 (um) ano de financiamentos, dentre os quais pode-se destacar os contratos com o BNDES.

Longo Prazo: Visando o pagamento do principal e juros de dívidas anteriormente contratadas pela Companhia, no total de R\$ 295 milhões, foram emitidas Debêntures, totalizando o montante de R\$ 210 milhões, e foi realizada uma operação de crédito em dólares norte-americanos por meio da Lei nº4131, conjugada com uma operação de derivativo (swap) para conversão do volume captado em dólares para reais, para fins de hedge de 100% (cem por cento) do empréstimo corrente, no valor de R\$ 85 milhões com o Banco Citibank S.A. Ambas as transações foram realizadas com prazo de vencimento de 2 anos. Pode-se ainda destacar saldo de amortização de financiamentos com o BNDES (≈R\$ 354 MM); CEF (≈R\$ 240 MM), para investimentos do 6º Termo Aditivo, dentro os quais podem-se destacar: a compra dos Novos Trens, a Construção da Estação Uruguai, acessibilidade nas Estações e o projeto de implantação do sistema de Piloto Automático.

CAPEX

R\$ MM	3M14
Adição ao Imobilizado	17,0
Adição ao Intangível (Software & Outros)	0,5
Direito de Concessão(Investimento)	22,3
(-) Capitalização de Resultado Financeiro ao Intangível	(4,2)
(-) Margem de Construção	-
Total Investido	35,6

Os Investimentos somam R\$ 35,6 milhões no 3M14. As adições ao Imobilizado referem-se aos investimentos recorrentes em manutenção de trens e infraestrutura e principalmente aos investimentos obrigatórios da Concessionária do 6º Termo Aditivo, dentre os quais se destacam a etapa da compra dos novos trens , a construção da Estação Uruguai e a construção de estacionamento de trens em Central.

Notas Explicativas

***Concessão Metroviária do
Rio de Janeiro S.A. –
MetrôRio***

*Informações Financeiras Intermediárias
Acompanhadas do Relatório de Revisão
dos Auditores Independentes*

31 de março de 2014

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Notas Explicativas

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔRIO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS REFERENTES AO TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2014 – NÃO AUDITADO

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A.- MetrôRio (a seguir denominada como MetrôRio ou “Companhia”) foi constituída sob a forma de “sociedade anônima” em 26 de agosto de 2008 com o objetivo de: (i) participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou cotista; (ii) a participação em empreendimentos imobiliários; e (iii) a participação, como cotista, em fundos de investimentos regularmente constituídos. Com o processo de otimização da estrutura societária ocorrido em 2009, a Companhia passou a ser uma empresa de transporte urbano de passageiros. A principal atividade da Companhia é a prestação de serviços de transporte metroviário no Rio de Janeiro, nos termos do Edital de Leilão PED/ERJ nº 01/97-Metrô, do Contrato de Concessão (“Contrato”), e de seus aditivos, esses últimos firmados entre a Companhia e o Governo do Estado do Rio de Janeiro (“Poder Concedente”). A Companhia poderá exercer outras atividades não previstas no Contrato, podendo participar como sócia ou acionista em outras sociedades, desde que estas atividades complementares não afetem adversamente a prestação dos serviços de transporte metroviário de passageiros.

A Companhia tem sede na Avenida Presidente Vargas 2.000, Rio de Janeiro - RJ. A Companhia não possui ações negociadas em Bolsa de Valores.

Em 31 de março de 2014, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 45.337 (R\$ 314.755 em 31 de dezembro de 2013). A Administração entende que, a partir dos investimentos para a expansão do sistema metroviário como, construção da estação Uruguai, inaugurada em março de 2014, aquisições de 19 novas composições (114 carros metrô), todas já entregues para serviço comercial, certamente haverá um aumento significativo no número de passageiros pagantes, o que aumentará a geração de caixa operacional e permitirá o pagamento dos passivos.

Adicionalmente, a Administração da Companhia tem atuado ativamente na avaliação e substituição das fontes de financiamento, visando o alongamento do perfil da dívida e a melhora dos indicadores financeiros. Caso o alongamento do perfil da dívida e a geração de caixa operacional não sejam suficientes, a sua Controladora efetuará o aporte de recursos necessários à manutenção das atividades da Companhia.

Notas Explicativas

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) da Companhia, aprovadas em 09 de maio de 2014 pela de Administração da Companhia, compreendem:

- As informações financeiras intermediárias individuais elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, identificadas como “Controladora”;
- As informações financeiras intermediárias consolidadas elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, identificadas como “Consolidado”.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações financeiras intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 02 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2013”), publicadas na imprensa oficial em 24 de março de 2014.

Dessa forma, estas informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras.

Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

Novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB

O *International Accounting Standards Board* – IASB publicou ou alterou os seguintes pronunciamentos, orientações ou interpretações contábeis, cuja adoção obrigatória deverá ser feita em períodos subsequentes, ainda não emitidos pelo CPC:

Aplicáveis em exercícios iniciados em ou a partir de 01 de janeiro de 2014, exceto quanto a alteração do IAS 39 citada abaixo que é aplicável para exercícios em exercícios iniciados em ou a partir de 01 de junho de 2014:

IAS 36 – Redução no valor recuperável de ativo (alteração) – introduz alterações e clarificações sobre as divulgações requeridas por esse pronunciamento.

IAS 39 – Instrumentos financeiros – reconhecimento e mensuração (alteração) – clarifica que não há necessidade de descontinuar o *hedge accounting* no caso de novação do contrato de derivativo vinculado ao *hedge* desde que sejam atingidas certas condições.

IAS 32 – Instrumentos financeiros – divulgação (alteração) – clarifica as condições para a apresentação de um ou mais instrumentos financeiros pelo líquido de suas posições.

IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas (alteração) - introduz alterações nas regras de consolidação, divulgação e apresentação de demonstrações separadas para empresas de investimento.

IFRIC 21 – Taxas governamentais (nova interpretação) – introduz guia de quando reconhecer uma taxa imposta por ente governamental.

Aplicáveis em exercícios iniciados em ou a partir de 01 de janeiro de 2015:

IFRS 9 (novo pronunciamento) – introduz novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros.

IFRS 1 (alteração) - Isenções dos requerimentos de reapresentação das informações comparativas para a IFRS 9

Notas Explicativas

As alterações às IFRSs mencionadas anteriormente ainda não foram editadas pelo CPC. No entanto, em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC e aprovadas pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

A Companhia não adotou tais pronunciamentos antecipadamente e está procedendo a sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos ou alterações em suas demonstrações financeiras.

2.1. Base de consolidação

As informações trimestrais consolidadas são compostas pelas informações financeiras intermediárias da Companhia e da controlada MASU9 Participações Ltda., subsidiária integral da qual a Companhia possui 99,95% do Capital social que totaliza R\$2.

O exercício social da controlada incluída na consolidação é coincidente com o da controladora e as práticas e políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação.

3. Contratos de concessão

A Companhia detém contrato de concessão para exploração de serviços públicos de transporte metroviário de passageiros, como tal, estas atividades são submetidas à contabilização conforme o ICPC 01 (R1). Segue abaixo um breve descritivo do contrato:

A Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - MetrôRio detém o direito exclusivo de operar e explorar as concessões das Linhas 1 e 2 do metrô da cidade do Rio de Janeiro por meio da arrecadação derivada da venda de passagens de diversos serviços, inclusive de viagens integradas com operadoras de outros modais de transporte, nos termos do Edital de Leilão PED/ERJ nº 01/97-Metrô, do respectivo Contrato de Concessão e de seus aditivos, esses últimos firmados entre o MetrôRio e o Governo do Estado do Rio de Janeiro. Além da receita com passagens, o MetrôRio faz jus a receitas acessórias, dentre as quais, de exploração comercial de espaços disponíveis nas áreas objeto da concessão.

O MetrôRio é responsável por administrar, operar, conservar, manter e reparar o sistema metroviário do Rio de Janeiro. Como parte da concessão, o Poder Concedente transferiu ao MetrôRio a posse dos bens destinados e vinculados à prestação dos serviços, dentre eles: imóveis, trens e demais bens; sendo responsabilidade do MetrôRio zelar pela integridade dos bens que lhes foram cedidos.

Em 27 de dezembro de 2007, o MetrôRio firmou com o Poder Concedente o Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, prorrogando a concessão, sob condição resolutiva, até 27 de janeiro de 2038. Até aquele momento, com base nos termos até então vigentes, a concessão se encerraria em 27 de janeiro de 2018. A prorrogação da concessão se deu em contrapartida a: (i) investimentos a serem realizados pelo MetrôRio, a título de pagamento da

Notas Explicativas

outorga da concessão, na implementação de novas estações metroviárias, aquisição de novos trens e modernização das operações; (ii) composição de litígios até então existentes entre a Concessionária, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, a Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro - CMRJ (em liquidação) e a Companhia de Transportes Sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro - RIOTRILHOS; e (iii) assunção de obrigações de parte a parte.

O Contrato determinava, e o Aditivo manteve, o reajuste anual da tarifa unitária de acordo com a variação do Índice Geral de Preços-Mercado (“IGP-M”), conforme divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

No evento da extinção do contrato de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, bem como direitos e privilégios vinculados à concessão. O MetrôRio terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou não depreciado dos bens ou investimentos que ele tenha feito ao longo do período em que explorar a respectiva concessão, respeitando os termos do Parágrafo 22º, da Cláusula 17ª do Aditivo.

O contrato de concessão foi classificado como ativo intangível à medida em que a Companhia possui o direito de cobrar pela prestação dos serviços públicos. Este direito não constitui direito incondicional de receber caixa, uma vez que os valores a serem recebidos derivam da utilização dos serviços públicos prestados pela Companhia. No período findo em 31 de março de 2014, não houve alteração no contrato de concessão.

4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Caixa e bancos	5.070	3.464	5.072	3.466
Certificado de depósitos bancários - CDB	22.986	22.192	22.986	22.192
Operações compromissadas lastreadas em debêntures	26.879	30.706	26.879	30.706
Caixa e equivalentes de caixa	<u>54.935</u>	<u>56.362</u>	<u>54.937</u>	<u>56.364</u>
Fundo cambial exclusivo (a)				
Letras financeiras de tesouro	31.935	34.103	31.935	34.103
Títulos públicos federais - Tesouro Nacional	12.087	11.803	12.087	11.803
Total circulante	<u>44.022</u>	<u>45.906</u>	<u>44.022</u>	<u>45.906</u>
Aplicações financeiras				
Certificado de depósitos bancários - CDB	10.383	10.229	10.383	10.229
Fundos não exclusivos de investimento de renda fixa	9.370	9.152	9.370	9.152
Operações compromissadas	8.158	7.008	8.158	7.008
Total não circulante	<u>27.911</u>	<u>26.389</u>	<u>27.911</u>	<u>26.389</u>
Aplicações financeiras	<u>126.868</u>	<u>128.657</u>	<u>126.870</u>	<u>128.659</u>

(a) Nos termos do contrato de financiamento e repasse obtido junto a Caixa Econômica Federal, os recursos destinados ao fluxo de pagamento das obrigações constituídas nos termos do contrato de concessão (aquisição de novos trens) devem ser alocados em conta específica para este fim; e consequentemente não são de pronta disponibilidade para Administração da Companhia.

Notas Explicativas

O montante aplicado em moeda doméstica refere-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários e debêntures, remuneradas a taxas que variam entre 75% e 102% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e com liquidez imediata.

De acordo com os termos da Cláusula 8ª, Parágrafo 3º, do Aditivo, em 31 de março de 2014, o montante destinado para realização de melhorias extraordinárias no sistema metroviário da Cidade do Rio de Janeiro é de R\$ 11.558 e não há restrição de movimentação destes recursos.

Parte das aplicações financeiras demonstradas acima, que somam R\$ 27.911, está vinculada a processos judiciais, garantia de empréstimos e financiamentos e do contrato de concessão, conforme divulgado na Nota Explicativa 13, e descrito abaixo:

- R\$ 4.052, (intermediador Banco Safra S.A.), R\$ 4.127, (intermediador Banco Bradesco S.A.) e R\$ 3.601, (intermediador Banco Itaú BBA) referem-se a garantias para contratação de cartas de fiança, cuja finalidade é servir de garantia nos processos judiciais que visam impedir a responsabilização da Companhia por cumprimento de decisões judiciais, proferidas em ações movidas contra a CMRJ e/ou a RIOTRILHOS antes da tomada de posse pela Concessionária e nos contratos de fornecimento de serviço.
- R\$ 909, (Banco Bradesco S.A.), R\$ 14 (Banco Santander) e R\$ 107 (Banco Votorantim) referem-se a valores bloqueados judicialmente nas aplicações financeiras para atender a processos trabalhistas e cíveis.
- R\$ 9.369, referem-se à aplicação em fundo de investimento mantida pela Companhia junto à instituição Itaú BBA para garantir os empréstimos contratados em 7 de maio de 2008, 6 de fevereiro de 2009 e 16 de setembro de 2009 junto ao BNDES. Mais detalhes sobre esta operação estão descritos na Nota Explicativa 12.
- R\$ 5.732, refere-se à aplicação em CDB mantida pela Companhia junto à Caixa Econômica Federal para garantir o financiamento contratado em 30 de junho de 2010 junto à Caixa Econômica Federal, referentes à três prestações mensais.

Notas Explicativas

5. Créditos a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Circulante				
Venda de passagens (a)	5.642	5.106	5.642	5.106
Locação de espaço físico e veiculação de anúncios (b)	7.724	6.734	7.724	6.734
Outros títulos a receber	196	164	196	164
Provisão para créditos duvidosos	(4.558)	(4.425)	(4.558)	(4.425)
Créditos a receber circulante - líquido	9.004	7.579	9.004	7.579
Não circulante				
Estado do Rio de Janeiro				
Gratuidades a compensar (c)	5.924	6.196	5.924	6.196
Créditos a receber não circulante	5.924	6.196	5.924	6.196

Os valores relativos a créditos a receber são:

- (a) Receita de passagens a receber da Fetranspor e integrações;
 (b) Receita acessória (contratos com terceiros de cessão de espaço e veiculação de anúncios); e
 (c) Valores a receber do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

	Total	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Saldo ainda não vencido e sem perda por redução ao valor recuperável					
			< 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 120 dias	> 120 dias	
31 de março de 2014	19.486	(4.558)	5.647	3.100	147	100	101	10.391
31 de dezembro de 2013	170.072	(3.948)	160.308	414	124	351	486	8.389

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Movimentação na provisão para créditos duvidosos				
Saldo no início do exercício	(4.425)	(3.948)	(4.425)	(3.948)
Adições	(135)	(1.033)	(135)	(1.033)
Reversão	2	556	2	556
Saldo no fim do exercício	(4.558)	(4.425)	(4.558)	(4.425)

A provisão para devedores duvidosos é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos, levando em consideração o valor dos recebíveis em aberto a partir de 90 dias e o histórico de perdas com contas a receber.

Notas Explicativas

Estado do Rio de Janeiro - Gratuidades a compensar - Lei nº 4.510/05 e Lei nº 5.359/08

Em 23 de dezembro de 2008, através da Lei nº 5.359/08, o Governo do Estado do Rio de Janeiro alterou o Artigo 6º da Lei nº 4.510/05, onde definiu que a isenção concedida por essa Lei será custeada diretamente pelo Estado, por meio de repasse de verba da Secretaria de Estado de Educação e da Secretaria de Estado de Assistência Social e de Direitos Humanos, em procedimento a ser regulamentado pelo Poder Executivo. Adicionalmente, a Lei nº 5.359/08 estabeleceu que o valor de R\$1,00, correspondente ao valor de cada viagem realizada, será atualizado na mesma data e na mesma proporção da tarifa praticada nas linhas e serviços de transportes coletivos de passageiros do Estado do Rio de Janeiro. A Companhia encontra-se no aguardo da publicação do referido regulamento.

A Companhia recebeu o montante de R\$ 445 referentes à gratuidade estudantil no primeiro trimestre de 2014, no mesmo período de 2103, não foram recebidos valores referentes à gratuidade.

6. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Materiais auxiliares e de manutenção e bilhetes	11.652	11.320	11.652	11.320
Adiantamento a fornecedores	4.883	5.517	4.883	5.517
Importações em andamento	5.333	719	5.333	719
Total	21.868	17.556	21.868	17.556

7. Impostos a recuperar e diferidos, taxas e contribuições

a) Impostos a recuperar - circulante

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Imposto de renda e contribuição social	3.702	5.942	3.702	5.942
IRRF	1.304	2.890	1.304	2.890
Outros	897	1.042	897	1.042
Total	5.903	9.874	5.903	9.874

b) Impostos, taxas e contribuições a pagar - circulante

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Imposto de renda e contribuição social	315	-	315	-
PIS e COFINS	445	1.227	445	1.227
ISS	1.031	959	1.031	959
ICMS	95	703	95	703
IRRF	1.389	1.906	1.389	1.906
Taxa AGETRANSP-RJ	260	219	260	219
INSS s/ terceiros	153	355	153	355
Total	3.688	5.369	3.688	5.369

Notas Explicativas

c) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceu os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente. Se houver fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções, essas projeções serão revisadas durante o exercício pela Companhia.

Os fundamentos e as expectativas para realização dos ativos e obrigações fiscais diferidos estão apresentados a seguir:

<u>Natureza</u>	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>Fundamento para realização</u>
Prejuízo fiscal	16.753	17.976	Pela apuração de lucros futuros tributáveis, compensáveis com prejuízo fiscal.
Base negativa de contribuição social	6.194	6.634	Pela apuração de lucros futuros tributáveis, compensáveis com base negativa de contribuição social.
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.550	1.504	Realização pelo recebimento ou efetivação da perda, ou ainda pela aquisição de dedutibilidade face ao ajuizamento da cobrança e prazo de vencido maior que 2 anos.
Provisão para contingências	5.208	5.028	Expectativa de realização conforme o julgamento das causas (ações judiciais cuja perda é considerada provável).
Excesso amortização outorga suplementar	4.418	4.213	Expectativa de realização conforme pagamento da outorga suplementar.
Variação cambial não realizada	924	1.614	Expectativa de realização conforme pagamento.
Provisão para Participação nos Lucros	3.325	2.578	Expectativa de realização conforme pagamento.
Ajuste RTT	6.773	7.887	Expectativa de realização conforme Amortização do RTT.
Outros	3.144	3.547	Expectativa de realização conforme pagamento ou Baixa.
	<u>48.289</u>	<u>50.981</u>	

A Administração da Companhia considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, conseqüentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos.

Notas Explicativas

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis a Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados conforme demonstrado a seguir:

	31/03/2014	31/12/2013
2014	13.848	14.460
2015	2.661	3.729
2016	10.761	3.729
2017	7.827	3.729
2018	488	25.334
2019	488	-
2020	488	-
2021 em diante	11.728	-
Total	48.289	50.981

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013
Lucro /(prejuízo) contábil antes do imposto de renda e contribuição social	17.369	13.250	17.369	13.250
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(5.905)	(4.505)	(5.905)	(4.505)
Ajustes no lucro líquido que afetam o resultado do exercício				
Adições permanentes	(99)	(35)	(666)	(35)
Equivalência Patrimonial	(567)	(186)	-	-
Outros	110	42	110	42
Imposto de renda e contribuição social	(6.461)	(4.684)	(6.461)	(4.684)

8. Partes relacionadas

As operações entre partes relacionadas sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou companhias sob controle comum, são efetuadas às taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações financeiras. Em relação aos mútuos da Companhia com suas partes relacionadas, esclarecemos que ocorrem em função da necessidade de caixa destas sociedades para o funcionamento das suas respectivas atividades, sendo sujeitas aos encargos financeiros descritos abaixo.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Notas Explicativas

Composição

		31/03/2014			
Parte relacionada	Transação	Ativo	Passivo	Resultado	março de 2014
		Circulante	Circulante	Não circulante	
GRU AIRPORT	Nota de débito	458	-	-	-
CART	Nota de débito	100	-	-	-
LAMSA	Debênture	-	4.694	154.170	(1.764)
INVEPAR	Nota de débito	-	5.612	-	-

		31/12/2013			
Parte relacionada	Transação	Ativo	Passivo	Resultado	março de 2013
		Circulante	Circulante	Não circulante	
GRU AIRPORT	Nota de débito	462	-	-	-
CART	Nota de débito	100	-	-	-
LAMSA	Debênture	-	1.226	154.170	(1.302)
INVEPAR	Nota de débito	-	2.954	-	-
METRÔ BARRA	Nota de débito	1.313	-	-	-

Remuneração dos Administradores

A remuneração dos Administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, está composta por honorários, gratificações, assistência médica e dentária, como demonstrado no quadro abaixo:

Composição	31/03/2014	31/03/2013
	Diretoria	Diretoria
Pró-labore	814	750
Bônus variáveis	190	-
Outros benefícios	74	54
Encargos	198	150
Total	1.276	954

Conforme termos de renúncia de remuneração assinada pelos conselheiros em 30 de abril de 2012, os conselheiros renunciaram qualquer remuneração pelo exercício da função.

Notas Explicativas

Debêntures

Conforme descrito na nota explicativa 12 em 31 de julho de 2012 a Companhia efetuou emissão de debêntures no montante de R\$154.170, adquiridas pela Linha Amarela S.A.

As Debêntures da LAMSA com o MetrôRio farão jus à remuneração da TR do primeiro dia do mês anualizada, calculada e divulgada pelo BACEN, capitalizada de uma sobretaxa de 9,50% (nove inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias (“Remuneração”). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos desde a data de emissão das Debêntures, incidentes sobre o valor nominal unitário das Debêntures ou saldo do valor nominal unitário das Debêntures, devendo ser paga ao final de cada período de capitalização, até a data de vencimento (ou na data do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos eventos de inadimplemento, conforme o caso). O prazo de vencimento das Debêntures será de 24 meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 13 de março de 2016.

Serviços

Em 30 de dezembro de 2010, a Companhia firmou contrato de empreitada em regime de preço global com a Construtora OAS Ltda. para a execução de obras de implantação da estação metroviária Uruguai.

O regime de execução destes serviços, cujo prazo é de 24 meses, é o de empreitada global, e o preço acordado entre as partes foi de R\$147.563, devendo os pagamentos serem realizados em parcelas mensais, de acordo com a evolução física dos serviços apurada mensalmente. A última parcela foi paga em maio de 2013.

Notas Explicativas

9. Imobilizado

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %	Controladora e Consolidado			
		Saldo em 31/12/2013	Adições	Baixas	Saldo em 31/03/2014
Imobilizado					
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros	11,48%	107.265	1.864	-	109.129
Benfeitorias em máquinas, veículos e equipamentos de terceiros	12,60%	164.231	1.505	(28)	165.708
Máquinas e equipamentos	12,60%	40.925	846	(73)	41.698
Móveis e utensílios	10%	11.151	1.949	(13)	13.087
Veículos	20%	1.823	-	-	1.823
Equipamentos de computação	20%	9.071	1.160	(21)	10.210
Imobilizado em andamento		105.559	5.843	-	111.402
Peças sobressalentes		12.867	3.374	(3.852)	12.389
Adiantamento a fornecedores		6.635	464	-	7.099
Imobilizado bruto		459.527	17.005	(3.987)	472.545
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros		(8.064)	(2.264)	-	(10.328)
Benfeitorias em máquinas, veículos e equipamentos de terceiros		(127.895)	(2.911)	-	(130.806)
Máquinas e equipamentos		(15.122)	(1.004)	-	(16.126)
Móveis e utensílios		(4.523)	(272)	9	(4.786)
Veículos		(1.530)	(32)	-	(1.562)
Equipamentos de computação		(4.287)	(338)	18	(4.607)
Depreciação acumulada		(161.421)	(6.821)	27	(168.215)
Imobilizado líquido		298.106	10.184	(3.960)	304.330

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %	Controladora e Consolidado				
		Saldo em 31/12/2012	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2013
Imobilizado						
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros	11,48%	89.602	17.594	-	69	107.265
Benfeitorias em máquinas, veículos e equipamentos de terceiros	12,60%	151.788	1.748	-	10.695	164.231
Máquinas e equipamentos	12,60%	27.387	13.538	-	-	40.925
Móveis e utensílios	10%	7.463	3.688	-	-	11.151
Veículos	20%	2.540	126	(843)	-	1.823
Equipamentos de computação	20%	7.549	1.627	(105)	-	9.071
Imobilizado em andamento		39.419	66.140	-	-	105.559
Peças sobressalentes		12.908	10.723	-	(10.764)	12.867
Adiantamento a fornecedores		1.789	4.846	-	-	6.635
Imobilizado bruto		340.445	120.030	(948)	-	459.527
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros		(147)	(7.917)	-	-	(8.064)
Benfeitorias em máquinas, veículos e equipamentos de terceiros		(116.152)	(11.743)	-	-	(127.895)
Máquinas e equipamentos		(12.159)	(2.963)	-	-	(15.122)
Móveis e utensílios		(3.858)	(665)	-	-	(4.523)
Veículos		(1.901)	(202)	573	-	(1.530)
Equipamentos de computação		(3.143)	(1.233)	89	-	(4.287)
Depreciação acumulada		(137.360)	(24.723)	662	-	(161.421)
Imobilizado líquido		203.085	95.307	(286)	-	298.106

Os investimentos em imobilizado da Companhia consistem essencialmente na aquisição de bens e serviços necessários a realização da operação, benfeitorias no material rodante (carros metrô), nas estruturas das vias, nas estações, no Centro de Manutenção, no Centro de Controle Operacional e na aquisição de equipamentos de tecnologia da informação.

Notas Explicativas

De acordo com o CPC01 (R1)/IAS 36, “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados anualmente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. Em 31 de março de 2014, os custos registrados não sofreram impairment.

Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, não havia bens do ativo imobilizado dados em garantia de empréstimos ou a processos de qualquer natureza.

10. Intangível

	Controladora e Consolidado			Saldo em 31/03/2014
	Saldo em 31/12/2013	Adições	Baixas	
Concessão de serviços públicos				
Direito de concessão (até janeiro de 2018) (a)	394.136	-	-	394.136
Renovação / extensão do Direito de concessão (até janeiro de 2038) (b)	1.142.566	22.337	-	1.164.903
Concessão (decorrente de aquisição de controle) (c)	932.843	-	-	932.843
Direito de software	5.771	471	-	6.242
Outros	14	-	-	14
Total intangível bruto	2.475.330	22.808	-	2.498.138
Direito de concessão (até janeiro de 2018)	(219.676)	(2.667)	-	(222.343)
Renovação / extensão do Direito de concessão (até janeiro de 2038)	(115.114)	(9.242)	-	(124.356)
Concessão (decorrente de aquisição de controle)	(152.991)	(7.931)	-	(160.922)
Direito de software	(2.611)	(250)	-	(2.861)
Amortização acumulada (d)	(490.392)	(20.090)	-	(510.482)
Total intangível líquido	1.984.938	2.718	-	1.987.656

	Controladora e Consolidado			Saldo em 31/12/2013
	Saldo em 31/12/2012	Adições	Baixas	
Concessão de serviços públicos				
Direito de concessão (até janeiro de 2018) (a)	474.329	-	(80.193)	394.136
Renovação / extensão do Direito de concessão (até janeiro de 2038) (b)	1.057.433	157.146	(72.013)	1.142.566
Concessão (decorrente de aquisição de controle) (c)	932.843	-	-	932.843
Direito de software	4.848	945	(22)	5.771
Outros	14	-	-	14
Total intangível bruto	2.469.467	158.091	(152.228)	2.475.330
Direito de concessão (até janeiro de 2018)	(211.741)	(7.935)	-	(219.676)
Renovação / extensão do Direito de concessão (até janeiro de 2038)	(80.982)	(34.132)	-	(115.114)
Concessão (decorrente de aquisição de controle)	(120.827)	(32.164)	-	(152.991)
Direito de software	(1.749)	(862)	-	(2.611)
Amortização acumulada (d)	(415.299)	(75.093)	-	(490.392)
Total intangível líquido	2.054.168	82.998	(152.228)	1.984.938

Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, não havia bens do ativo intangível dados em garantia de empréstimos ou a processos de qualquer natureza.

Notas Explicativas

- a) Direito de concessão referente à outorga principal e outorga suplementar (primeiro período de concessão até 27 de janeiro de 2018)

O montante referente ao Ativo intangível - Direito de concessão “Outorga principal” é de R\$ 231.196, o montante referente ao Ativo intangível - Direito de concessão “Outorga suplementar” é de R\$ 162.940.

- b) Renovação/extensão do direito de concessão referente às outorgas principal e suplementar para o segundo período de concessão (de 28 de janeiro de 2018 até 27 de janeiro de 2038)

Conforme detalhado na nota explicativa 13, através de Aditivo as partes acordaram, dentre outras medidas, prorrogar, sob condição resolutiva, o prazo do Contrato, passando a Concessão a vigorar até 27 de janeiro de 2038. A prorrogação da Concessão se deu em contrapartida a investimentos a serem realizados pela Concessionária, conforme os termos do Parágrafo 3º da Cláusula 9ª do Aditivo. Conforme esses investimentos são realizados pela Companhia, são reconhecidos no Ativo intangível (Renovação / extensão do Direito de concessão).

- c) Concessão (decorrente de aquisição de controle)

Direito de concessão obtido na aquisição de controle do MetrôRio. O valor do direito de concessão adquirido foi determinado com base em laudo elaborado por empresa independente para determinação do valor justo dos respectivos ativos e passivos adquiridos.

- d) Prazo de amortização

A amortização do intangível referente à Concessão é linear de acordo com o número de dias restantes para o final do período (até 27 de janeiro de 2038). O valor é registrado no custo de serviços e a contrapartida é a conta de amortização acumulada no Ativo intangível.

A amortização dos direitos de uso de software é calculada pelo método linear, considerando a sua utilização efetiva e não supera o prazo de cinco anos.

- e) Provisão para redução do valor recuperável de ativos

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ágios utilizando o conceito do “valor em uso”, através de modelos de fluxo de caixa descontado representativo dos conjuntos de bens tangíveis e intangíveis utilizados no desenvolvimento de suas operações.

Notas Explicativas

O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento, do fluxo de caixa e dos fluxos de caixa futuro são baseadas no plano de negócios da Companhia, aprovado pela Administração, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da Administração, das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes Unidades Geradoras de Caixa, conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de 5 anos, considerando se tratar de ativos intangíveis com prazo de vida útil definida.

As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são como segue:

- *Receitas*

As receitas foram projetadas entre 2015 e 2019 considerando o crescimento da base de usuários.

- *Custos e despesas operacionais*

Os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como, com o crescimento histórico das receitas.

- *Investimentos de capital*

Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infraestrutura necessária para viabilizar a oferta dos serviços, com base no histórico da Companhia.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

O teste de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perda no período de três meses findos em 31 de março de 2014, visto que o valor estimado é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

Notas Explicativas

11. Investimentos

Em 31 de janeiro de 2007, a Companhia adquiriu uma empresa inoperante MASU 9 visando ter a sua disposição uma subsidiária para desenvolver atividades acessórias, nos termos do Parágrafo 7º, da Cláusula 8ª do Contrato. A empresa MASU9 Participações Ltda., é uma subsidiária integral da Companhia, que possui 99,95% do Capital social da investida que totalizada R\$2, totalmente subscrito e integralizado, e que está dividido em 2.000 (duas mil) quotas com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada. A referida empresa continua inoperante, não gera receita e não possui contingências, compromissos, avais ou garantias em favor de terceiros.

O ativo e patrimônio líquido da controlada em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013 estão abaixo demonstrados:

	MASU 9	
	31/03/2014	31/12/2013
Ativo		
Caixa e equivalente de caixa	2	2
Total do ativo	2	2
Patrimônio líquido		
Capital social	2	2
Total patrimônio líquido	2	2

Notas Explicativas

Em 10 de outubro de 2008, a Companhia constituiu subsidiária no exterior Citpax LLC, com participação integral no capital, com o objetivo de: (a) promover no exterior a marca da Companhia; (b) coordenar esforços para a exploração, via subsidiária, de serviços de transporte urbano de passageiros no exterior; (c) buscar novos padrões tecnológicos para o aperfeiçoamento das operações da Companhia; e (d) servir como um centro de supervisão para eventuais transferências de tecnologia e serviços contratados junto a prestadores de serviços sediados no exterior. O capital social da investida é de US\$ 12,200 (doze milhões e duzentos mil dólares), totalmente integralizados. A Citpax é considerada uma filial da Companhia por não possuir corpo gerencial próprio, autonomia administrativa, não contratar operações próprias, utilizar a moeda do MetrôRio como moeda funcional, e funcionar, na essência, como extensão das atividades do MetrôRio.

	Citpax	
	31/03/2014	31/12/2013
Ativo		
Caixa e equivalente de caixa	34	34
Ativo fixo	14.546	14.546
	<hr/>	<hr/>
Total do ativo	14.580	14.580
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>
Passivo		
Contas a pagar MetrôRio	3.369	3.369
Outras contas a pagar	2.259	2.259
	<hr/>	<hr/>
Patrimônio líquido	5.628	5.628
Capital social	24.709	24.709
Prejuízos acumulados	(15.757)	(15.757)
	<hr/>	<hr/>
Total do passivo e patrimônio líquido	8.952	8.952
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>
	14.580	14.580

Notas Explicativas

12. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Em 31 de março de 2014, o saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures estava composto da seguinte forma:

Objeto	Indexador	Juros anuais	Vencimento	Taxa efetiva	Controladora e Consolidado			
					31/03/2014			31/12/2013
					Circulante	Não circulante	Total	Total
BNDES Direto 1	TJLP	2,02%	15/05/2015	9,81%	7.347	-	7.347	8.924
BNDES Direto 2	TJLP	1,92%	15/02/2017	10,65%	25.651	-	25.651	27.855
BNDES Direto 3								
Subcrédito "A"	TJLP	1,72%	15/10/2024	7,40%	22.869	213.436	236.305	241.930
Subcrédito "B"	TJLP	1,72%	15/10/2017	7,67%	445	1.140	1.585	1.696
Subcrédito "C"	TJLP	1,72%	15/09/2024	6,77%	13.159	121.868	135.027	131.913
FINEP								
Subcrédito "A"	TJLP	5,25%	15/01/2018	7,76%	1.571	4.404	5.975	6.362
Subcrédito "B"	TJLP	8,25%	15/01/2018	7,76%	1.663	4.659	6.322	6.736
Financiamento Importação Calyon	USD	3,44%	02/11/2016	4,45%	2.011	3.851	5.862	5.972
Nota promissória Banco HSBC	DI	0,75%	20/03/2014	12,65%	-	-	-	171.268
Caixa Econômica Federal	TR	7,80%	30/06/2034	8,08%	4.813	238.920	243.733	243.262
Debêntures - HSBC	DI	1,50%	14/03/2014	-	-	-	-	117.940
Debêntures - LAMSA	TR	9,50%	31/05/2027	9,92%	4.694	154.170	158.864	155.396
Conta Garantida - Santander	DI	1,45%	18/03/2014	-	-	-	-	10.000
Citibank	USD	2,23%	11/03/2016	13,22%	92	82.347	82.439	-
HSBC 1	DI	1,45%	11/03/2016	11,83%	1.152	210.000	211.152	-
Subtotal					85.467	1.034.795	1.120.262	1.129.254
Custo de captação					(1.010)	-	(1.010)	(1.143)
Total					84.457	1.034.795	1.119.252	1.128.111

Composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures de longo prazo por ano de vencimento:

	31/03/2014	31/12/2013
2015	44.589	66.903
2016	353.597	74.133
2017	59.041	64.509
2018	55.743	59.748
2019	55.475	59.480
2020 em diante	466.349	441.565
	1.034.794	766.338

Notas Explicativas

BNDES

Em 07 de maio de 2008, a Companhia firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES (“BNDES Direto 1”), no montante total de R\$34.314, bem como da respectiva garantia, em consonância com a Decisão nº 170/2008, de 11 de março de 2008, da Diretoria do colegiado do BNDES. O crédito foi posto à disposição da Companhia à medida que as comprovações de aplicação dos recursos anteriormente liberados sejam feitas. Em 23 de junho de 2010, foi desembolsado pelo BNDES à Companhia o montante de R\$1.170, perfazendo o total da linha de crédito.

A amortização do principal do financiamento acima referido é feita em 66 prestações mensais e sucessivas entre 15 de dezembro de 2009 e 15 de maio de 2015.

Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,02% a.a. mais TJLP. Os juros foram pagos trimestralmente entre 15 de maio de 2008 e 15 de novembro de 2009 e, serão pagos mensalmente, no período de amortização.

Em 6 de fevereiro de 2009, a Companhia firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES (“BNDES Direto 2”), no montante de R\$52.166, bem como da respectiva garantia, em consonância com a Decisão nº 913/2008, de 28 de outubro de 2008, da Diretoria do colegiado do BNDES. Em 11 de maio de 2011, foi desembolsado pelo BNDES à Companhia o montante de R\$9.567, perfazendo o total da linha de crédito.

A amortização do principal do financiamento acima referido é feita em 72 prestações mensais e sucessivas entre 15 de março de 2011 e 15 de fevereiro de 2017.

Sobre o principal da dívida incidirão juros de 1,92% a.a. mais TJLP. Os juros foram pagos trimestralmente entre 15 de fevereiro de 2009 e 15 de março de 2011, e serão pagos mensalmente, no período de amortização.

Em 16 de setembro de 2009, a Companhia firmou contrato de financiamento junto ao BNDES (“BNDES Direto 3”), o montante total de crédito posto à disposição da Companhia foi de R\$422.410, divididos em três subcréditos: “A” (R\$278.395), “B” (R\$3.200) e “C” (R\$140.815), para cobrir, principalmente, os desembolsos com as obras do projeto do Metrô do Século XXI. Até 31 de março de 2014, havia sido desembolsado pelo BNDES à Companhia o montante de R\$421.621 (sendo R\$278.395 do subcrédito “A”, R\$2.411 do subcrédito “B” e R\$140.815 do subcrédito “C”).

Notas Explicativas

A amortização do principal do subcrédito "A" será feita em 150 prestações mensais e sucessivas entre 15 de maio de 2012 e 15 de outubro de 2024. Sobre o principal da dívida do subcrédito "A" incidirão juros de 1,72% a.a. mais TJLP. Os juros foram pagos trimestralmente entre 15 de outubro de 2009 e 15 de abril de 2012, e são pagos mensalmente no período de amortização.

A amortização do principal do subcrédito "B" será feita em 72 prestações mensais e sucessivas entre 15 de novembro de 2011 e 15 de outubro de 2017. Sobre o principal da dívida do subcrédito "B" incidirá a TJLP. Os juros foram pagos trimestralmente entre 15 de outubro de 2009 e 15 de outubro de 2011, e serão pagos mensalmente no período de amortização.

A amortização do principal do subcrédito "C" será feita em 132 prestações mensais e sucessivas entre 15 de outubro de 2013 e 15 de setembro de 2024. Sobre o principal da dívida do subcrédito "B" incidirão juros de 1,72% a.a. mais TJLP. Os juros foram pagos trimestralmente entre 15 de setembro de 2010 e 15 de setembro de 2013, e mensalmente no período de amortização.

As principais garantias dos contratos de financiamento BNDES Direto 1, BNDES Direto 2 e BNDES Direto 3 são as seguintes:

- Vinculação de parcela da receita tarifária decorrente da prestação dos serviços de transporte metroviário de passageiros, em valor mensal não inferior a R\$19.906, a serem corrigidos anualmente pelo IPCA.
- Constituição de conta reserva com saldo não inferior a R\$6.635, a serem corrigidos anualmente pelo IPCA a partir da data da assinatura.
- Constituir penhor em favor do BNDES, em 1º grau para BNDES Direto 1, em 2º grau para o BNDES Direto 2 e em 3º grau para o BNDES Direto 3, sobre os seus Direitos Creditórios emergentes do Contrato de Concessão para a Exploração dos Serviços Públicos de Transporte Metroviário de Passageiros, celebrado entre a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro, com a interveniência de terceiros, em 27 de janeiro de 1998, e seus posteriores aditivos, abrangendo o direito da Companhia de ser indenizada pelo Estado do Rio de Janeiro nas seguintes hipóteses:
 - a) Perdas que a mesma venha a ter em razão da não recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
 - b) Perdas em decorrência de contingências de responsabilidade do Estado do Rio de Janeiro ou de seus órgãos que venham a ser imputadas à Companhia.
 - c) Extinção da Concessão, nos termos do respectivo Contrato de Concessão, bem como outros direitos de indenização que a Companhia venha a ter em face do Estado do Rio de Janeiro por força do referido contrato.

Notas Explicativas

Como condição restritiva, é vedada à Companhia a aplicação dos recursos em finalidade diversa da prevista no objeto dos financiamentos. A Administração da Companhia entende que esta condição não foi violada. Adicionalmente, esses contratos de financiamento possuem cláusulas restritivas quanto a determinados índices financeiros, que em caso de descumprimento aceleram o vencimento do financiamento. Tanto para o contrato BNDES Direto 1 quanto para o contrato BNDES Direto 2, o índice financeiro é o seguinte: LAJIDA (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) sobre Despesas Financeiras Líquidas maior ou igual a 2.

Financiamento

Em 12 de março de 2014, foi celebrado um Contrato de Abertura de Crédito e Outras Avenças com o Citibank N.A., especificamente destinado para fins societários em geral, incluindo, mas não se limitando a reforço de seu capital de giro, no valor de US\$ 36.389. Foi efetuado um crédito à Companhia no montante de R\$85.000. Forma de pagamento: (a) Principal: pagável em 730 dias contados a partir da data do desembolso (vencimento em 11 de março de 2016), em parcela única, (b) Juros: incidirão sobre o saldo devedor do principal, calculados à taxa de 2,231300% a.a., juros estes pagáveis em parcela única (vencimento em 11 de março de 2016).

Financiamento importação

Em 26 de dezembro de 2008 a Companhia firmou um contrato de financiamento de importação junto ao Banco Calyon para cobrir até 85% das importações de equipamentos para o projeto de implantação de um sistema de sinalização ATP (“*Automatic Train Protection*”), objeto do contrato firmado com a GE Transportation Systems SPA. O financiamento contratado monta ao equivalente em dólares norte-americanos a até EUR 4.368, e terá atualização pela variação cambial e juros de 3,44% ao ano. A liberação dos recursos é feita pelo Banco Calyon diretamente ao fornecedor no exterior, à medida que os equipamentos são embarcados. A amortização do principal será realizada em dólar e em 14 parcelas semi-anuais consecutivas, vencendo a primeira 6 meses após a liberação realizada pelo banco ao fornecedor, juntamente com o juros acumulado até essa data. O primeiro pagamento ao fornecedor no exterior foi realizado em setembro de 2009, no montante de USD3.225, o segundo pagamento foi realizado em outubro de 2009, no montante de USD2.731.

Notas Explicativas

Notas promissórias

Em 18 de março de 2013, a Companhia emitiu trinta e duas Notas Promissórias comerciais em série única, no valor nominal unitário de R\$5.000, coordenada pelo HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. totalizando R\$160.000. Em 25 de março de 2013, as Notas Promissórias foram totalmente subscritas e integralizadas.

Estes títulos fazem jus a remuneração de CDI + 0,75% ao ano, com vencimento em 20 de março de 2014.

Em 14 de março de 2014, as Notas Promissórias foram totalmente liquidadas no montante de R\$174.868.

FINEP

Em 27 de agosto de 2009, a Companhia firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto à FINEP, em consonância com a Decisão nº 0102/09 da *Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP*, no montante total de R\$21.500, divididos em subcréditos “A” (R\$10.452) e “B” (R\$11.048). O crédito foi posto à disposição da Companhia em quatro parcelas. Em 01 de agosto de 2011, foi desembolsado pela FINEP à Companhia o montante de R\$21.500 (sendo R\$10.452 do subcrédito “A” e R\$11.048 do subcrédito “B”), perfazendo o total da linha de crédito.

A amortização será feita em 81 prestações mensais e sucessivas entre 15 de maio de 2011 e 15 de janeiro de 2018. Sobre o principal da dívida dos subcréditos “A” e “B” incidirão juros de 5,25% a.a. e 8,25% a.a. respectivamente.

Caixa Econômica Federal

Em 30 de junho de 2010, a Companhia firmou contrato de financiamento e repasse destinado à realização de investimentos no sistema metroviário do Rio de Janeiro, no âmbito do programa PRÓ-TRANSPORTES/FGTS junto a Caixa Econômica Federal no montante total de R\$650.000, divididos em subcréditos “A” (R\$240.000) e “B” (R\$410.000). Em 30 de junho de 2011, foi creditado pela Caixa Econômica Federal à Companhia o montante de R\$240.000 (subcrédito “A”). Este valor foi creditado em aplicação financeira específica e destina-se obrigatoriamente ao pagamento dos 114 carros metrô, sendo vedada a utilização desses recursos para qualquer outro fim.

A amortização será feita em 240 meses contados a partir do término do prazo de carência dos subcréditos (48 meses). O saldo devedor será apurado mensalmente e são devidas as seguintes taxas:

- a) Juros - equivalente à taxa nominal anual de 5,5%, capitalizada mensalmente.

Notas Explicativas

- b) Administração - valor equivalente à taxa nominal de 2% a.a., capitalizada mensalmente.
- c) Risco de crédito - equivalente à taxa nominal de 0,3% a.a., capitalizada mensalmente.

O saldo devedor e as prestações serão reajustados pelo mesmo índice e na mesma periodicidade da utilização dos saldos das contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, utilizada para esse fim a Taxa Referencial - TR, ou outro índice que venha substituí-la.

Os juros dos contratos de empréstimos e financiamentos do BNDES “2” e “3”, FINEP, Calyon e Caixa Econômica Federal foram capitalizados obedecendo aos critérios de aplicação dos recursos. O montante capitalizado no período findo em 31 de março de 2014 foi de R\$4.167(R\$7.034 no período findo em 31 de março de 2013).

Debêntures

Em 14 de março de 2012, foram subscritas 10.000 debêntures, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$10, perfazendo o valor total de R\$100.000.

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, foi aprovada pelos Conselheiros, por unanimidade e sem ressalvas, a 2ª (segunda) Emissão de Debêntures da Companhia, com esforços restritos de colocação. Os recursos oriundos da captação por meio da Emissão serão destinados para a quitação de dívidas vincendas da Companhia.

As Debêntures são objeto de Oferta Restrita, sob regime de garantia firme de colocação e melhores esforços de colocação a serem outorgados à Companhia pelo HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A, sendo R\$50.000 em regime de garantia firme de colocação e R\$50.000 em regime de melhores esforços de colocação. Em 14 de março de 2012, foi desembolsado pelo HSBC à Companhia o montante de R\$50.000.

O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente. As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios (“Juros Remuneratórios” ou, simplesmente, “Remuneração”), incidentes sobre seu Valor Nominal Unitário, equivalentes a 100,00% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI, “over extra grupo” (“Taxa DI”), expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), acrescida exponencialmente de uma sobretaxa ou spread de 1,50% (cento e cinquenta centésimos por cento) ao ano, com base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis. Os Juros Remuneratórios serão calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário de cada Debênture, desde a data de emissão até a data de vencimento ou a data de realização do resgate antecipado.

Notas Explicativas

Em 03 de maio de 2012 foi celebrado o Termo de Adesão ao Contrato de Coordenação e Distribuição Pública da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição com Esforços Restritos da Companhia.

Conforme Termo de Adesão fica estabelecido que a Caixa Econômica Federal realizará a colocação das Debêntures ofertadas, sob o regime de garantia firme de colocação para o montante de R\$50.000, representando 5.000 Debêntures. Em 31 de maio de 2012, foi desembolsado pela Caixa Econômica Federal à Companhia o montante de R\$50.000.

Em 14 de março de 2014, as debêntures foram totalmente liquidadas no montante de R\$120.596.

Em 31 de julho de 2012, foram subscritas 154.170 debêntures, não conversíveis em ações, em série única, de espécie quirografária, com valor nominal unitário de R\$1 (mil reais), perfazendo o valor total de R\$154.170.

O Instrumento Particular de Escritura da 3ª emissão de debêntures foi firmado com base nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia datadas de 24 de abril de 2012 e 27 de julho de 2012, as quais deliberaram as condições da Emissão. Os recursos oriundos da captação por meio da Emissão serão para financiamento de até 90% do CAPEX de cada um dos projetos da Companhia. As debêntures farão jus à remuneração da TR do primeiro dia do mês anualizada, calculada e divulgada pelo BACEN, capitalizada de uma sobretaxa de 9,50% (nove inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias (“Remuneração”). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos desde a data de emissão das Debêntures, incidentes sobre o valor nominal unitário das Debêntures ou saldo do valor nominal unitário das Debêntures, devendo ser paga ao final de cada período de capitalização, até a data de vencimento (ou na data do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos eventos de inadimplemento, conforme o caso). Em 31 de agosto de 2012, foi repassado pela Linha Amarela S.A. à Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. o montante atualizado de R\$155.475.

As debêntures da Companhia não possuem cláusula de repactuação.

Em 12 de março de 2014 foi celebrado o Termo de Adesão ao Contrato de Coordenação e Distribuição Pública da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição com Esforços Restritos da Companhia.

Para todos os fins de direito, a HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. será a instituição intermediária líder responsável pela Oferta. A Emissão foi realizada em 13 de março de 2014, e composta por 21.000 (vinte e uma mil) Debêntures, emitidas em série única, com valor nominal unitário de R\$10, perfazendo o montante de R\$210.000. O prazo de vencimento das Debêntures será de 24 meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 13 de março de 2016.

Notas Explicativas

13. Concessão de serviço público

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Circulante				
Direito de concessão (até janeiro de 2018) (a)	2.995	3.657	2.995	3.657
Renovação / extensão do Direito de concessão (até janeiro de 2038) (b)	2.696	3.291	2.696	3.291
	<u>5.691</u>	<u>6.948</u>	<u>5.691</u>	<u>6.948</u>
Não circulante				
Direito de concessão (até janeiro de 2018) (a)	45.851	44.944	45.851	44.944
	<u>45.851</u>	<u>44.944</u>	<u>45.851</u>	<u>44.944</u>
Total	<u>51.542</u>	<u>51.892</u>	<u>51.542</u>	<u>51.892</u>

a) Direito de concessão referente à outorga principal e outorga suplementar (primeiro período de concessão até 27 de janeiro de 2018)

- R\$2.995 (R\$3.657 em 31 de dezembro de 2013) referem-se ao ônus da concessão assumido no processo de licitação, repactuado através dos termos do Aditivo, determinado com base no valor devido ao Poder Concedente através do pagamento de parcelas ou quitado através da realização de investimentos. Com base no Aditivo, este saldo será pago pela Concessionária em dação através da aquisição de carros metrô até janeiro de 2018. A quitação deste compromisso, atualizado até 31 de março de 2014, está programada para novembro de 2014.
- R\$ 45.851 (R\$ 44.944 em 31 de dezembro de 2013) referem-se ao ônus da concessão assumido no processo de licitação, repactuado através dos termos do Aditivo, determinado com base no valor devido ao Poder Concedente sobre a entrada em operação de novas estações de acordo com o Parágrafo 9º, da Cláusula 1ª do Contrato. Até a data de 31 de março de 2014, o MetrôRio recebeu do Poder Concedente três estações que estão sujeitas aos termos desta Cláusula: Estação Siqueira Campos, Estação Cantagalo e General Osório. A liquidação da obrigação se dará através dos termos do Parágrafo 14º da Cláusula 22ª do Aditivo, onde a Concessionária assumiu a responsabilidade de liquidar certas obrigações referentes a ações judiciais contra a RIOTRILHOS e CMRJ. Esse compromisso, somava em 31 de março de 2014, R\$45.851 (R\$ 44.944 em 31 de dezembro de 2013), líquido do montante penhorado da renda da Companhia e já depositado judicialmente, no valor total de R\$ 33.627 (R\$ 32.206 em 31 de dezembro de 2013). Estas obrigações: (i) serão liquidadas à medida que os pagamentos forem sendo exigidos em execuções homologadas pelo Poder Judiciário, e (ii) sofrem atualização monetária de acordo com os índices aplicados no Tribunal de origem.

Baseado na análise da Administração, à luz das informações disponíveis até a presente data e nas diversas possibilidades na liquidação dos processos, a Companhia está mantendo a parcela de Outorga suplementar registrada no passivo não circulante.

Notas Explicativas

- b) Compromisso decorrente da Renovação/extensão do direito de concessão referente às outorgas principal e suplementar para o segundo período de concessão (de 28 de janeiro de 2018 até 27 de janeiro de 2038)

Além dos pagamentos ao Poder Concedente, a Concessionária assumiu o compromisso de melhorar, conservar e expandir o sistema metroviário da Cidade do Rio de Janeiro que pertence à Concessão. A partir de 27 de dezembro de 2007, através do Aditivo, a Companhia também assumiu o compromisso de realizar investimentos destinados: (i) à implementação de novas estações metroviárias, inclusive a obrigação de concluir, em condições de operação, o trecho de 3,2 km, denominado Linha 1A (trecho inaugurado em 22 de dezembro de 2009), com a construção da Estação Cidade Nova (inaugurada em 1º de novembro de 2010), bem como a Estação Uruguai (inaugurada em março de 2014; (ii) à aquisição de novos trens; e (iii) à modernização das operações. Em 31 de março de 2014, os investimentos previstos no Aditivo estavam estimados entre R\$900.000 e R\$1.200.000, e deverão sofrer alterações à medida que os projetos executivos forem sendo definidos e obtidas as cotações definitivas de preços dos diversos componentes.

No período de três meses findos em 31 de março de 2014, o valor investido totalizou R\$22.337 (R\$23.067 no período de três meses findos em 31 de março de 2013).

Os gastos com a infraestrutura da concessão são contabilizados conforme o CPC 17 (R1) e ICPC 01 (R1), ou seja, todo gasto com infraestrutura da concessão é contabilizado como custo da construção na DRE e é apurada uma receita de construção com uma margem, que no caso, como há terceirização da obra, a margem é apurada de forma suficiente para cobrir a responsabilidade primária da Companhia e eventuais custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra. Esta receita de construção tem como contrapartida o intangível.

- c) Bens reversíveis

Conforme os termos do Parágrafo 1º da Cláusula 17ª do Contrato de Concessão, os Bens Reversíveis, transferidos à posse da Concessionária em 5 de abril de 1998 para utilização na prestação dos serviços de transporte metroviário, de acordo com os termos do Edital de Leilão PED/ERJ nº 01/97-Metrô e do Contrato, foram recebidos a título gratuito.

Notas Explicativas

A Companhia apresenta no quadro abaixo a composição dos Bens Reversíveis, existentes em 31 de março de 2014:

	<u>31/03/2014(*)</u>
Imobilizado da concessão	
Veículos	121
Equipamentos	227.903
Ferramentas	854
Móveis e utensílios	607.104
Almoxarifado	26.799
Equipamentos de processamento de dados	714
Equipamentos de telecomunicações	522
Imóveis	<u>5.229.910</u>
Total	6.093.927

(*) Não revisado pelos auditores

Os itens que estão relacionados na conta de Almoxarifado acima representam uma parcela dos bens de consumo transferidos pelo Poder Concedente à posse da Concessionária de acordo com os termos do Parágrafo 11º da Cláusula 1ª do Aditivo.

Notas Explicativas

14. Provisões para obrigações legais vinculadas a processos judiciais

Provisões para risco

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Companhia, com base na opinião de seus consultores jurídicos, realizou análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	31/03/2014	31/12/2013
Cíveis	7.409	6.752
Trabalhistas	4.312	4.576
Tributárias	1.168	1.168
	12.889	12.496

Movimentação das provisões no exercício

	Saldo inicial 31/12/2013	Provisões efetuadas	Atualização monetária	Reversões/ pagamentos	Saldo final 31/03/2014
Cíveis	6.752	239	431	(13)	7.409
Trabalhistas	4.576	31	20	(315)	4.312
Tributárias	1.168	-	-	-	1.168
Total	12.496	270	451	(328)	12.889

a) Riscos cíveis

A Companhia é ré em diversos processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema metroviário. Em 31 de março de 2014, existiam 620 processos em andamento (578 processos em 31 de dezembro de 2013).

A Companhia, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que as provisões registradas são suficientes para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisões desfavoráveis.

Em 31 de março de 2014, as perdas possíveis estavam estimadas em R\$ 80.311 (R\$ 80.634 em 31 de dezembro de 2013).

Notas Explicativas

b) Riscos trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos de natureza trabalhista propostos por ex-funcionários, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros. Em 31 de março de 2014, existiam 439 processos em andamento (497 processos em 31 de dezembro de 2013).

A Companhia, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que as provisões registradas são suficientes para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisões desfavoráveis.

Em 31 de março de 2014, as perdas possíveis estavam estimadas em R\$ 16.378 (R\$ 17.596 em 31 de dezembro de 2013).

c) Riscos tributários

A Companhia efetuou provisão, no montante de R\$183, relativa ao Auto de Infração lavrado pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (“INSS”), em 27 de junho de 2002, decorrente da revisão da Guia de Fundos e Informações Previdenciárias (“GFIP”) do período de 1º de janeiro a agosto de 1999.

A Companhia, amparada pela opinião de seus consultores jurídicos, entende que a provisão registrada é suficiente para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisão desfavorável.

A Companhia interpôs Ação Anulatória de Débito Fiscal contra o INSS, cujo objeto é a anulação de autuação por aquela autarquia em virtude de divergência de base de cálculo, na ordem de R\$1.644 (novembro de 2001), já tendo sido efetuado o depósito judicial para garantia do juízo. O processo aguarda início da perícia judicial.

Depósitos judiciais, recursais e autos de arrecadação

a) Depósitos recursais

Em 31 de março de 2014, a Companhia possuía R\$ 30.662 em depósitos recursais (R\$ 29.025 em 31 de dezembro de 2013). Este montante é atualizado monetariamente.

b) Depósitos judiciais - embargos de terceiros - autos de arrecadação

Trata-se de recurso jurídico que permite a um terceiro pleitear a exclusão de seus bens, penhorados em execução na qual não era parte.

As ordens de penhora contra a Companhia, em sua grande maioria, têm como origem ações trabalhistas e cíveis ajuizadas contra a CMRJ, nas quais a Concessionária foi arrolada como sucessora.

Notas Explicativas

Desta forma a Companhia interpôs diversos embargos de terceiros, objetivando a suspensão da penhora da sua renda e de seus bens. O valor total de processos relativos aos embargos de terceiros para o período de três meses findos em 31 de março de 2014 é de aproximadamente R\$ 34.015 (R\$ 34.981 em 31 de dezembro de 2013), sendo todas de natureza trabalhista.

Em 31 de março de 2014, o montante penhorado da renda da Companhia e já depositado judicialmente é de R\$ 25.890 (R\$ 23.923 em 31 de dezembro de 2013).

15. Patrimônio líquido

Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o capital social é de R\$1.344.160, dividido em 1.446.898.779 ações ordinárias, todas sob a forma nominativa e sem valor nominal, da acionista INVEPAR.

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

16. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013
Receitas financeiras				
Descontos obtidos	-	11	-	11
Juros s/ aplicações financeiras	2.752	2.482	2.752	2.482
Juros ativos	1.494	1.356	1.494	1.356
Variação monetária ativa	311	6	311	6
Variações cambiais ativas	2.274	8.145	2.274	8.145
Total receitas financeiras	6.831	12.000	6.831	12.000
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(12.846)	(6.329)	(12.846)	(6.329)
Comissões e despesas bancárias	(1.611)	(262)	(1.611)	(262)
Juros passivos	(3.107)	(3.828)	(3.107)	(3.828)
Operações de Hedge	(3.943)	-	(3.943)	-
Variação monetária passiva	(3.597)	(2.219)	(3.597)	(2.219)
Juros sobre debêntures	(3.808)	(771)	(3.808)	(771)
Ajuste a valor presente	29	(309)	29	(309)
Variações cambiais passivas	(509)	(4.667)	(509)	(4.667)
Juros com partes relacionadas	(1.764)	(1.302)	(1.764)	(1.302)
Outros	(216)	(230)	(216)	(230)
Total despesas financeiras	(31.372)	(19.917)	(31.372)	(19.917)
Total	(24.541)	(7.917)	(24.541)	(7.917)

Notas Explicativas

17. Seguros

A Companhia mantém coberturas de seguros sobre seus ativos próprios, bens reversíveis e de responsabilidade civil. Em 31 de março de 2014, os principais seguros contratados são:

Descrição	Limite máximo de indenização	Vigência		Seguradora
		Início	Fim	
Risco operacional	200.000	01/08/2013	01/08/2014	Tokio Marine
Responsabilidade civil geral	50.000	01/08/2013	01/08/2014	RSA
Transporte nacional	4.000	12/02/2014	12/02/2015	RSA
Transporte internacional	3.000*	13/02/2014	13/02/2015	RSA
Automóvel frota	Tabela Fipe	31/12/2013	31/12/2014	RSA

(*) Em milhares de Dólares

18. Participação dos empregados e administradores

A participação dos empregados nos lucros ou resultados, conforme disposto na legislação vigente, pode ocorrer baseada em programas espontâneos mantidos pelas empresas ou em acordos com os empregados ou com as entidades sindicais. Em Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 2 de abril de 2008, foi aprovada a instituição do Plano de Participação em Lucros e Resultados (“PLR”). Dessa forma, no período de três meses findos em 31 de março de 2014, a Administração provisionou R\$ 1.874 de participação dos empregados nos lucros ou resultados, e R\$ 366 de participação/bonus dos administradores, correspondentes a 25% da PLR esperada para o exercício de 2014.

19. Avais, fianças e garantias

A Companhia prestou garantias, cujos montantes em 31 de março de 2014 eram de R\$ 27.911 (R\$ 26.389 em 31 de dezembro de 2013), para garantir: (i) a aquisição de energia elétrica junto à Duke Energy; (ii) os financiamento junto ao BNDES e CEF (iii) os processos judiciais gerais; e (iv) os processos judiciais que visam impedir a responsabilização da Companhia por cumprimento de decisões judiciais proferidas em ações movidas contra a CMRJ e/ou a RIOTRILHOS antes da tomada de posse pela Concessionária. Adicionalmente, a Companhia prestou garantias aos empréstimos obtidos. Mais detalhes sobre estas garantias estão descritos na nota explicativa 12.

Notas Explicativas

20. Compromissos e responsabilidades

Além dos contratos de fornecimento vigentes, a Companhia possui compromisso relativo à contratação de energia elétrica com a Duke Energy Internacional Geração Paranapanema S.A. pelo período entre 1º de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui uma segunda obrigação, cujo contrato foi celebrado em 26 de janeiro de 2009, contratada referente ao fornecimento para o período entre 1º de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2020. A segunda obrigação foi contratada por dois motivos estratégicos:

- (i) contratação, para o período entre 2011 e 2015, de montante de energia complementar estimado ser suficiente para atender ao início da operação da Linha 1A, da entrada em operação de novos trens e das estações General Osório, Cidade Nova e Uruguai; e
- (ii) contratação do montante de energia estimado ser suficiente para atender ao consumo total do sistema metroviário a partir do vencimento da primeira obrigação em 31 de dezembro de 2015 até 31 de dezembro de 2020.

21. Instrumentos financeiros

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado bem como na avaliação da situação econômico financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Notas Explicativas

a) Análise dos instrumentos financeiros

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de março de 2014. Esses valores estão representados substancialmente por disponibilidades e valores equivalentes, contas a receber, empréstimos e financiamentos, debêntures e obrigações com o Poder Concedente.

Instrumentos financeiros	31/03/2014			31/12/2013		
	Valor Justo	Custo amortizado	Total	Valor justo	Custo amortizado	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	54.937	-	54.937	56.364	-	56.364
Aplicação financeira	71.933	-	71.933	72.295	-	72.295
Créditos a receber	-	14.924	14.924	-	13.775	13.775
Total do ativo	126.870	14.924	141.794	128.659	13.775	142.434
Passivos						
Empréstimos e financiamentos	-	749.236	749.236	-	854.775	854.775
Debêntures	-	370.016	370.016	-	273.336	273.336
Obrigações com Poderes Concedentes	-	51.542	51.542	-	51.892	51.892
Total do passivo	-	1.170.794	1.170.794	-	1.180.003	1.180.003

b) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de mercado:

- *Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras*

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

Notas Explicativas

c) Exposição a riscos de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI, as taxas de juros dos empréstimos e financiamentos e debêntures estão vinculadas à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), Taxa Referencial (TR) e Certificados de Depósito Interbancário (CDI).

d) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem primariamente de caixa e bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

e) Risco de taxa de câmbio

Os resultados da Companhia poderão sofrer variações decorrentes da volatilidade da taxa de câmbio em função das obrigações que a mesma assumiu quando da assinatura do Aditivo, particularmente, com relação à aquisição de carros metrô, conforme detalhado na nota explicativa 13, considerando-se que os carros serão adquiridos no mercado externo. Adicionalmente, de acordo com as informações prestadas na notas explicativas 4 e 12, a Companhia possui aplicações financeiras e empréstimos no exterior, respectivamente.

f) Operação de derivativos

A Companhia adota uma política conservadora em relação a derivativos, fazendo uso desses instrumentos somente quando há necessidade de proteção de passivos, sejam de natureza operacional ou financeira, ou ainda, eventualmente, de algum ativo. Adicionalmente, os valores destas operações são dimensionados e limitados para cumprir apenas com esses passivos, ou, como exposto, eventualmente algum ativo, vedada a alavancagem através de tais operações. Em 31 de março de 2014, a Companhia possuía operações com característica de *hedge*.

Notas Explicativas

No primeiro trimestre de 2014, a Companhia contratou operações para proteção cambial de passivo com o Citibank referente à captação através da Lei 4131. O financiamento consiste na contratação de duas operações: uma linha de crédito em dólares e um swap do fluxo desta linha de crédito para reais. Abaixo o demonstrativo:

Operação	Ativo/passivo	Entidade	Vencimento	Valor de referência	Posição ativa	Posição passiva	Valor justo diferencial a receber/ (pagar)	Curva diferencial a receber/ (pagar)
Swap	USD/CDI	Citibank	11/03/2016	85.000	82.461	85.511	(3.943)	(3.049)

g) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e nas taxas de juros

No quadro abaixo, são considerados: (i) três cenários, sendo cenário provável o adotado pela Companhia e (ii) cenários variáveis chaves com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações das variáveis chaves nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Além do cenário provável, a CVM através da Instrução nº 475, de 17 de dezembro de 2008, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados de acordo com o requerimento da CVM.

Operação	Risco	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Caixa e equivalente de caixa	DI	5.261	3.946	2.630
Aplicações financeiras	DI	7.589	5.692	3.794
Empréstimos e financiamentos				
BNDES	TJLP	(141.028)	(167.241)	(193.453)
FINEP	TJLP	(3.263)	(3.608)	(3.954)
	Taxa Câmbio			
Financiamento importação	R\$/US\$	(269)	(336)	(403)
Financiamento CEF	TR	(199.319)	(200.986)	(202.653)
Debênture LAMSA (CEF)	TR	(118.605)	(119.453)	(120.275)
Debênture HSBC	DI	(56.054)	(70.005)	(84.596)
	Taxa Câmbio			
CITIBANK	R\$/US\$	(8.409)	(10.511)	(12.613)
Referência para ativos e passivos financeiros				
TJLP (% ao ano)		5,00%	6,25%	7,50%
TR (% ao ano)		0,27%	0,34%	0,41%
DI (% ao ano)		10,55%	13,19%	15,83%
Taxa de câmbio média (R\$/US\$)		R\$2,26	R\$2,83	R\$3,39

Notas Explicativas

h) Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Empréstimos e financiamentos	749.236	854.775
Debêntures	370.016	273.336
Caixa e equivalentes de caixa	(54.937)	(56.364)
Aplicações financeiras	(71.933)	(72.295)
Dívida líquida	992.382	999.452
Patrimônio líquido	1.292.662	1.281.754
Patrimônio líquido e dívida líquida	<u>2.285.044</u>	<u>2.281.206</u>

i) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários e debêntures.

22. Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41, a Companhia apresenta a seguir as demonstrações sobre o resultado por ação para os períodos findos em 31 de março de 2014 e de 2013.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

Notas Explicativas

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	Controladora	
	31/03/2014	31/03/2013
Resultado básico e diluído por ação		
Numerador		
Resultado líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	10.908	8.566
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	1.446.899	1.446.899
Resultado básico e diluído por mil ações	<u>7,54</u>	<u>5,92</u>

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas informações trimestrais.

A Companhia não possui instrumentos diluidores em 31 de março de 2014 e em 31 de março de 2013, e conseqüentemente, não há diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído.

23. Receitas, custos e despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar suas demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de março de 2014 e de 2013 por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

Receitas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013
Receita com passagens	153.191	129.021	153.191	129.021
Receitas acessórias	7.342	6.654	7.342	6.654
Receita da construção	-	4.995	-	4.995
Impostos e contribuições sobre a receita	(4.560)	(8.585)	(4.560)	(8.585)
Receita de serviços líquidas	<u>155.973</u>	<u>132.085</u>	<u>155.973</u>	<u>132.085</u>

Notas Explicativas

Custos e despesas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013
Gerais e administrativas	46.122	43.345	46.122	43.345
Pessoal e encargos	40.405	38.540	40.405	38.540
Depreciação e amortização	26.910	23.995	26.910	23.995
Marketing e vendas de serviços	626	766	626	766
Custo de Construção	-	4.734	-	4.734
	<u>114.063</u>	<u>111.380</u>	<u>114.063</u>	<u>111.380</u>
Custo de serviços	87.231	81.923	87.231	81.923
Despesas gerais e administrativas	26.832	24.723	26.832	24.723
Custo de construção	-	4.734	-	4.734
	<u>114.063</u>	<u>111.380</u>	<u>114.063</u>	<u>111.380</u>

24. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

A Companhia teve as seguintes transações não caixa no período que foram excluídas do fluxo de caixa:

	Consolidado	
	31/03/2014	31/03/2013
Juros capitalizados	<u>4.167</u>	<u>7.034</u>
Total de transações não caixa	<u>4.167</u>	<u>7.034</u>

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária, e das informações financeiras intermediárias consolidadas de acordo com a CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBCTR2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1), aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2014, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Revisão e auditoria dos valores correspondentes referentes às informações financeiras intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2013 e do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013

As informações e os valores correspondentes às informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, do período de três meses findo em 31 de março de 2013, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente revisados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 9 de maio de 2013, o qual não conteve nenhuma modificação. As informações e os valores correspondentes ao balanço patrimonial, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalva, datado de 20 de março de 2014, que continha ênfase mencionando que as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e, que no caso da Companhia, essas práticas diferem do IFRS somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controlada pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Rio de Janeiro, 9 de maio de 2014

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Antonio Carlos Brandão de Sousa

Contador

CRC 1RJ 065.976/O-4